



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.920, DE 2004**

**(Do Sr. Geddel Vieira Lima)**

Estabelece alíquota zero da CPMF na movimentação de valores da conta individual de beneficiário de aposentadoria ou pensão para conta conjunta da qual seja primeiro titular.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-5068/2001.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art.1.º O art. 80 da Lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do inciso II-A, com a seguinte redação:

“Art. 8.º .....

.....

II-A - nos lançamentos relativos à movimentação de valores de conta corrente de depósito individual destinada ao recebimento de créditos de aposentadoria ou pensão, nos termos do art. 10 da Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997, para outra conta corrente de depósito conjunta cujo primeiro titular é o mesmo da conta originária.

.....”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que converteu medida provisória, vedou, no seu art. 10, que benefícios de aposentadoria ou pensões fossem recebidos por intermédio de conta corrente conjunta.

É evidente que tal medida visava impedir que se recebessem aposentadorias ou pensões sem o necessário controle sobre a real existência do beneficiário, pois os demais titulares da conta corrente poderiam continuar a perceber o benefício sem a comunicação de ocorrência de fato que justificasse o encerramento do direito.

Apesar dessa e de outras imposição estabelecidas para os beneficiários, como o cadastramento periódico, continuam aparecendo irregularidades no pagamento de benefícios, como aponta recente investigação realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, objeto de reportagem do Jornal *O Dia* na edição de 29 de junho.

O levantamento, que abrange benefícios concedidos em apenas 10 agências da Previdência situadas em quatro Estados, revela que 14.093 aposentadorias vinham sendo pagas a pessoas com nome registrado no sistema de óbitos. A investigação mostra que 2.059 benefícios foram concedidos com data

retroativa superior a 10 anos, que em 1.515 casos a data do titular do benefício de pensão é posterior à data do óbito do segurado e que 497 mil pagamentos alternativos (atrasados e diferenças) foram feitos sem que os créditos fossem conferidos por um segundo funcionário da Previdência. Isso evidencia que a existência de fraudes e irregularidades é mais um problema de gestão da Previdência Social que da facilidade de movimentação do dinheiro recebido pelos aposentados e pensionistas.

É lamentável que a ocorrência de fraudes levasse o governo a adotar a medida, convalidada pelo Congresso, de só realizar o crédito de benefício em conta individual, o que trouxe problemas para um grande número de aposentados e pensionistas e seus familiares. Revela-se aqui a face cruel da burocratização dos serviços do Estado: a maioria de cidadãos honestos e cumpridores de seus deveres paga por atos indevidos de outras pessoas.

E o pior é que tais medidas, em face dos recursos que a tecnologia está pondo à disposição dos correntistas, não pode alcançar, a curto prazo, os fins a que se destinavam, pois hoje se movimenta conta transferindo valores por telefone, caixa eletrônica e até via internet, além dos cartões que são usados por parentes conhecedores das senhas, de forma evitar a locomoção de pessoas mais idosas.

A execução da lei apenas obrigou casais ou parentes que compartilham da mesma economia familiar a individualizarem suas contas conjuntas, criando problemas para idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, que já não podem ter sua conta movimentada por pessoa de sua confiança, por meio de cheques. Como resultado dessa restrição, é comum esposas e filhos de aposentados e pensionistas sofrerem constrangimentos ou a recusa do pagamento ao apresentar cheques assinados por parentes beneficiários da Previdência.

Pode-se afirmar que o problema é de fácil solução, pois paralelamente à conta individual, o aposentado ou pensionista poderá manter uma conta conjunta com um de seus familiares, conta esta que seria suprida de fundos pelo titular da conta individual.

Ocorre, e aí é que se configura a maldade contra o aposentado ou pensionista e sua família: essas transferências estão sendo tributadas em 0,38% pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Além disso, como ao aposentado ou pensionista não é dado o direito de optar por qual instituição financeira quer receber o seu benefício, muitas vezes, para atender a sua conveniência tem ainda que pagar a tarifa bancária relativa ao “doc” para a transferência.

O ideal seria a revogação do famigerado e inexplicável dispositivo, com a sua substituição por mecanismos de controle menos atentatórios aos direitos do beneficiário e de sua família. Além disso, temos visto que, por força

de lei, os aposentados e pensionistas são chamados, periodicamente, a seus órgãos pagadores para recadastramento. Por que então a proibição da conta conjunta?

Não acreditando conseguir a revogação, entendemos que a solução seria aplicar às transferências efetuadas pelo titular da conta individual para uma conta conjunta, na mesma instituição financeira, da qual ele é o primeiro titular, a alíquota 0 (zero) da CPMF, que é hoje prevista para as transferências entre contas da mesma titularidade.

Esta é a razão pela qual apresentamos a proposição.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 2004.

**Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA      PMDB/BA**

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

**LEI Nº 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996**

*(\*A vigência desta Lei foi prorrogada até 31/12/2007 por força do art. 90 do ADCT.)*

Institui a Contribuição Provisória sobre  
Movimentação ou Transmissão de Valores e  
de Créditos e Direitos de Natureza Financeira  
- CPMF, e dá outras providências.

Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

I - nos lançamentos a débito em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósito em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994, para crédito em conta corrente de depósito ou conta de poupança, dos mesmos titulares;

II - nos lançamentos relativos a movimentação de valores de conta corrente de depósito, para conta de idêntica natureza, dos mesmos titulares, exceto nos casos de lançamentos a crédito na hipótese de que trata o inciso II do art. 2º;

III - nos lançamentos em contas correntes de depósito das sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades de investimento e fundos de investimento constituídos nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, das sociedades corretoras de mercadorias e dos serviços de liquidação, compensação e custódia vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e das instituições financeiras não referidas no inciso IV do art. 2º, bem como das cooperativas de crédito, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para as operações a que se refere o § 3º deste artigo;

IV - nos lançamentos efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas, relativos as operações a que se refere o § 3º deste artigo;

V - nos pagamentos de cheques, efetuados por instituição financeira, cujos valores não tenham sido creditados em nome do beneficiário nas contas referidas no inciso I do art. 2º;

VI - nos lançamentos relativos aos ajustes diários exigidos em mercados organizados de liquidação futura e específico das operações a que se refere o inciso V do art. 2º.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II e VI deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

§ 2º A aplicação da alíquota zero prevista nos incisos I, II e VI deste artigo fica condicionada ao cumprimento das normas que vierem a ser estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O disposto nos incisos III e IV deste artigo restringe-se a operações relacionadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre as que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 4º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica a contas conjuntas de pessoas físicas, com mais de dois titulares, e a quaisquer contas conjuntas de pessoas jurídicas.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá estabelecer limite de valor do lançamento, para efeito de aplicação da alíquota zero, independentemente do fato gerador a que se refira.

§ 6º O disposto no inciso V deste artigo não se aplica a cheques que emitidos por instituição financeira, tenham sido adquiridos em dinheiro.

Art. 9º É facultado ao Poder Executivo alterar a alíquota da contribuição, observado o limite máximo previsto no art. 7º.

**VIDE MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 1º DE ABRIL 2004.**

.....

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179, DE 1º DE ABRIL 2004.**

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....  
VII - nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI e VII deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

.....  
§ 7º Para a realização de aplicações financeiras, é obrigatória a abertura de contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 8º As aplicações financeiras serão efetivadas somente por meio de lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 9º Ficam autorizadas a efetivação e a manutenção de aplicações financeiras em contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo, observadas as disposições estabelecidas na legislação e na regulamentação em vigor.

§ 10. Não integram as contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo:

I - as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - as contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 12. Os valores das retiradas de recursos das contas correntes de depósito para investimento, quando não destinados à realização de aplicações financeiras, serão pagos exclusivamente ao beneficiário por meio de crédito em sua conta corrente de depósito, de cheque, cruzado e intransferível, ou de outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. Aplica-se o disposto no inciso II deste artigo nos lançamentos relativos a movimentação de valores entre contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo.

§ 14. O disposto nos incisos V do art. 2º e VI deste artigo aplica-se exclusivamente às operações nos mercados organizados de liquidação futura, com ajustes diários, contratadas até 31 de julho de 2004.

§ 15. A partir de 1º de agosto de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras existentes em 31 de julho de 2004 poderão ser creditados diretamente ao beneficiário, em conta corrente de depósito para investimento, de que trata o inciso VII deste artigo." (NR)

"Art. 16. Serão efetivadas somente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular ou do mutuário, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil:

I - as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - a liquidação das operações de crédito;

III - as contribuições para planos de benefícios de previdência complementar ou de seguros de vida com características semelhantes;

IV - o valor das contraprestações, bem como de qualquer outro pagamento vinculado às operações de arrendamento mercantil.

§ 1º Os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras não integradas a conta corrente de depósito para investimento, bem como os valores referentes à concessão de créditos e aos benefícios ou resgates recebidos dos planos e seguros de que trata o inciso III deste artigo, deverão ser pagos exclusivamente aos beneficiários mediante cheque cruzado, intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, cujos titulares sejam pessoas físicas, bem como às contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 1973.

§ 3º No caso de planos ou seguros constituídos com recursos de pessoa jurídica e de pessoa física, o valor da contribuição dessa última poderá ser dispensado da obrigatoriedade de que trata este artigo, desde que transite pela conta corrente da pessoa jurídica.

§ 4º O Ministro de Estado da Fazenda poderá:

I - dispensar da obrigatoriedade prevista neste artigo a concessão ou a liquidação de determinadas espécies de operações de crédito, cujo mutuário seja pessoa física, podendo inclusive estabelecer limites de valor para essa dispensa, tendo em vista os respectivos efeitos sociais;

II - permitir, na hipótese de operações de valor superior ao limite de que trata o inciso I, que o valor do crédito concedido seja transferido

diretamente ao vendedor do bem ou ao prestador do serviço, sem prejuízo da cobrança da contribuição devida pelo mutuário." (NR)

Art 2º As multas a que se referem os incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, serão de cento e cinquenta por cento e de trezentos por cento, respectivamente, nos casos de utilização diversa da prevista na legislação das contas correntes de depósito sujeitas ao benefício da alíquota zero de que trata o art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, bem como da inobservância de normas baixadas pelo Banco Central do Brasil de que resultar falta de cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF devida.

1º Na hipótese de que trata o caput, se o contribuinte não atender, no prazo marcado, à intimação para prestar esclarecimentos, as multas a que se referem os incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, passarão a ser de duzentos e vinte e cinco por cento e quatrocentos e cinquenta por cento, respectivamente.

2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo aplica-se, inclusive, na hipótese de descumprimento da obrigatoriedade de crédito em conta corrente de depósito à vista do beneficiário dos valores correspondentes às seguintes operações:

I - cobrança de créditos de qualquer natureza, direitos ou valores, representados ou não por títulos, inclusive cheques;

II - recebimento de carnês, contas ou faturas de qualquer natureza, bem como de quaisquer outros valores não abrangidos no inciso I.

3º O disposto no caput e no § 1º deste artigo aplica-se às instituições responsáveis pela cobrança e recolhimento da CPMF, inclusive aquelas relacionadas no inciso III do art. 8º da Lei nº 9.311, de 1996, e no inciso I do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art 3º A partir de 1º de agosto de 2004, a incidência do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos a que se refere o art. 6º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, ocorrerá no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de agosto de 2004.  
Brasília, 1º de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Antônio Palocci Filho

## **LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997**

Altera Dispositivos das Leis ns. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

Art. 10. A aposentadoria ou pensão será paga diretamente aos seus titulares, ou aos seus representantes legalmente constituídos, não se admitindo o recebimento por intermédio de conta corrente conjunta.

Parágrafo único. As procurações poderão ser revalidadas por igual período, não superior a seis meses, mediante ato do dirigente de recursos humanos do órgão ou entidade a que estiver vinculado o benefício.

Art. 11. O servidor colocado à disposição do Sistema Único de Saúde, na forma do disposto no art. 20 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, ainda que investido em cargo em comissão ou função de confiança no âmbito daquele Sistema, terá a remuneração relativa ao cargo efetivo por conta do órgão ou entidade de origem.

Parágrafo único. A colocação de servidor à disposição do Sistema Único de Saúde será formalizada mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------